



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO

CARTÓRIO TJBA



Simulado Especial

Simulado Cartórios TJBA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Cartórios TJBA;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Cartórios-TJBA-18-07-20>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

Juliana Chevônica

01. De acordo com o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia, é incorreto afirmar:

- a) Compete ao Registrador e ao Notário apontar, de forma imparcial e independente, aos usuários dos serviços prestados pela unidade a qual responde, os meios jurídicos mais adequados e a forma menos onerosa possível para o alcance dos fins lícitos objetivados, instruindo-os sobre a natureza e as consequências do ato que pretendam produzir.
- b) Para atender ao princípio da eficiência e da celeridade na prestação do serviço público delegado, deverão o Notário e o Registrador encontrar soluções que emprestem maior rapidez ao trâmite da documentação a seu cargo, liberando-a em prazos inferiores aos máximos assinalados.
- c) A eficiência funcional será aferida pela Corregedoria competente, considerado os fatores: produtividade e celeridade na prestação dos serviços, bem como a perfeição do trabalho e sua adequação técnica aos fins visados.
- d) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado exclusivamente por profissionais do Direito e seus prepostos, mediante delegação do Poder Judiciário, outorgada por meio de concurso público de provas e títulos e está sujeita ao regime jurídico e procedimentos estabelecidos na Constituição Federal, na legislação pertinente em vigor e nos atos normativos editados pelo Juízo competente, os quais definem sua organização, funcionamento, competência e atribuições.
- e) Os Notários e Registradores são dotados de fé pública, razão pela qual devem pautar-se pela correção em seu exercício profissional, cumprindo-lhes prestar os serviços a seu cargo de modo adequado, observando rigorosamente os deveres próprios da delegação pública de que estão investidos, a fim de garantir autenticidade, publicidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos constitutivos, translativos ou extintivos de direitos em que intervêm.

02. Cabe ao Juiz Corregedor Permanente a verificação dos padrões necessários ao bom atendimento ao público e prestação do serviço, cabendo ao magistrado, no atendimento deste item, dar especial atenção a certas especificidades. Nesse sentido, é incorreto afirmar:

- a) fácil acessibilidade aos portadores de necessidades especiais
- b) número mínimo de prepostos
- c) acondicionamento, conservação e arquivamento adequados de livros, fichas, papéis e microfilmes, bem como utilização de processos racionais que facilitem as buscas;
- d) existência de computador conectado à Internet e de endereço eletrônico da unidade para correspondência por e-mail.
- e) adequação de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, fixando prazo para a regularização, independentemente das peculiaridades locais, por se tratar de bens necessários à prestação do serviço.

03. De acordo com o Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia, as serventias devem manter, em suas dependências, à disposição dos interessados em consultas sobre os serviços prestados, edições atualizadas, em formato físico ou digital, de determinadas legislações. Não é exigido, porém:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil
- b) Constituição do Estado da Bahia
- c) Normas da Corregedoria Geral da Justiça.
- d) Lei de Emolumentos - Lei 10.169/2000.
- e) Lei dos Notários e Registradores – Lei Federal nº 8.935/1994

04. Em razão de grande divergência jurisprudencial quanto à interpretação na aplicabilidade do art. 22 da Lei 8.935/1994, que trata da responsabilidade civil de notários e registradores, o STF decidiu, em sede de repercussão geral (tema 777), que a tese cabível é: " *O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa*". Não foi argumento lançado pela Corte na *ratio decidendi*:

- a) Trata-se de serviço público exercido/administrado em caráter privado, em razão de delegação constitucionalmente prescrita (art. 236 da Constituição da República).
- b) Nada obstante os serviços notariais e de registro serem exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, o regime jurídico de direito público norteia relevantes aspectos da atividade, uma vez que que os serviços notariais e de registro são atividades jurídicas próprias do Estado e, por albergarem um feixe de competências públicas, sofrem incidências do regime jurídico de direito público.
- c) A delegação de uma função pública ao particular torna ele um agente delegado, que age em nome próprio e por sua conta e risco, de modo que deve ser responsabilizado nos moldes do § 6º do art. 37 da Carta Magna, sob o regime da responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco administrativo.
- d) Notários e registradores são agentes públicos.
- e) A incidência da responsabilidade objetiva depende de expressa previsão normativa, não admitindo interpretação extensiva ou ampliativa. Como cediço, a responsabilidade objetiva exsurge como exceção e deve estar expressamente contida em norma constitucional ou legal.

05. Quando se trata de infrações disciplinares, é correto afirmar:

- a) É infração disciplinar o descumprimento de qualquer um dos deveres indicados no rol do art. 30 da Lei 8.935/1994.

- b) As penas podem ser de repreensão, multa, e de suspensão por sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta.
- c) A perda da delegação depende necessariamente de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Durante o período de afastamento, na hipótese de suspensão, o titular receberá 50% da renda líquida da serventia e o restante caberá ao interventor, caso designado.
- e) As penas obedecem a ordem de gradação.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

06. Compete ao Registrador Civil das Pessoas Naturais observar o seguinte, exceto:

- a) O Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e seus prepostos, podem dar fé em cópias de documentos que os mesmos conferem com o original, colocando nomes no carimbo indicativo e assinando na sequência.
- b) Em cada serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais, haverá um Juiz de Paz e um suplente com atribuições, a serem exercidas por orientação do Tribunal de Justiça da Bahia de celebrar casamentos, cabendo aos Oficiais dos Cartórios de Registro Civil das Pessoa Naturais da Comarca, a indicação, em conformidade com a Portaria da Corregedoria Geral de Justiça, cuja atribuição não será remunerada.
- c) Em cada sede municipal, haverá, no mínimo, um registrador civil das pessoas naturais, sendo que nos Municípios em que houver mais de um distrito, em cada sede distrital poderá existir um registrador civil das pessoas naturais que acumulará funções notariais, conforme a necessidade local.
- d) Na circunscrição do 1º Ofício, em cada comarca, haverá um Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, com competência para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, que estará autorizado a utilizar a denominação "Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais".

e) O atendimento ao público será, no mínimo, de seis (06) horas diárias, sendo que funcionarão, inclusive, aos sábados, domingos e feriados, e o serviço será prestado pelo sistema de plantão.

07. Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas, garantindo-se assim, a publicidade registral. De acordo com Código de Normas do Estado da Bahia, é incorreto o que se afirma:

a) O Registro Civil das Pessoas Naturais expedirá as certidões de nascimento, redigidas de forma a impossibilitar qualquer interpretação ou identificação da pessoa haver sido fruto de uma relação extra matrimonial, de adoção, ou de filiação socioafetiva, hipóteses estas em que será garantido o sigilo.

b) Os pedidos de certidões feitos de qualquer parte do país, por ordem judicial, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e outros Órgãos Públicos, serão atendidos e as certidões fornecidas, independente de pagamento de emolumentos, sendo esses atos ressarcidos aos Oficiais pelo FECOM (Fundo Especial de Compensação).

c) Os pedidos de certidão por via postal, telegráfica, eletrônica, bancária ou correio eletrônico serão obrigatoriamente atendidos, satisfeitas as despesas postais bem como os emolumentos devidos, sendo vedada a cobrança de diligências para postagem.

d) Não se retardará a expedição da certidão por mais de 05(cinco) dias úteis

e) A certidão será expedida e assinada pelo Oficial de Registro ou preposto autorizado, sendo facultada a expedição de certidões eletrônicas com a assinatura digital.

08. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. Sendo assim, é livre a escolha do prenome, desde que não seja suscetível de expor a pessoa ao ridículo. A respeito das normas específicas em relação ao nome civil temos:

a) Poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, em qualquer ordem, desde que não haja intercalação, não admitindo-se a inclusão, junto ao sobrenome do genitor, de sobrenomes de outros ascendentes do registrado, desde que comprovado o parentesco.

b) O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os sobrenomes, averbando-se a alteração sem qualquer publicação pela imprensa

c) É vedada possível a retificação do registro do nome civil em decorrência do direito à dupla nacionalidade.

d) As pessoas que vivem em união estável, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderão requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que não haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

e) Qualquer outra alteração de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença judicial, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa.

09. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial. Dessa forma, poderão os nubentes, no processo de habilitação, optar por qualquer dos regimes e quanto à forma, reduzir-se-á a termo a opção pela comunhão parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas. Sobre o regime de bens é correto afirmar:

- a) Se o casamento foi habilitado antes do início da vigência da Lei do Divórcio, mas a sua celebração ocorreu, dentro do prazo legal, após a sua vigência, se não foi lavrado pacto antenupcial deverá vigorar o regime da comunhão universal de bens, pois era este o regime vigente quando as partes se habilitaram para o casamento
- b) Se no caso tiver sido adotado regime diverso, ou se após o advento da Lei do Divórcio foi adotado no casamento o regime da comunhão universal sem terem as partes feito pacto antenupcial, não poderão elas serem punidas após anos pelo erro do cartório cometido à época. Neste caso, adotando-se a teoria da aparência, poderão as partes ratificarem o regime adotado em seu casamento na forma judicial. independente do pagamento de emolumentos.
- c) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento, da pessoa maior de 70 (setenta) anos e, de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial, sendo que, não se comunicam bens os adquiridos na constância do casamento no presente regime.
- d) O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data da realização do pacto antenupcial, sendo admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

e) No ato da habilitação deverá ser indicado o regime previsto para o casamento, o qual não poderá mais ser alterado.

10. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Sobre a união estável está incorreto o que se afirma:

- a) No registro de casamento serão averbadas, dentre outras, a extinção de união estável comunicada.
- b) É vedada menção, no assento de óbito, à existência de união estável não registrada em Livro E
- c) A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do [art. 1.521](#) não se aplicando a incidência no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente. Por sua vez, as causas suspensivas do [art. 1.523](#) não impedirão a caracterização da união estável.
- d) É facultativo o registro da união estável mantida entre o homem e a mulher, ou entre duas pessoas do mesmo sexo, sendo que caberá registro da sentença declaratória de reconhecimento e dissolução, ou extinção, bem como da escritura pública de contrato e distrato envolvendo união estável, e termo particular firmado pelos conviventes com firma reconhecida.
- e) Poderá ser pleiteada a conversão de união estável em casamento mediante prévia habilitação, sendo que, encerrada a habilitação, lavrar-se-á o assento da conversão da união estável em casamento, independentemente de qualquer solenidade, prescindindo o ato da celebração do matrimônio ou da presença dos companheiros, ainda que um deles tenha falecido no curso do trâmite, após ter requerido a conversão e será lavrado o livro E.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Fernanda Dalmaz

11. O Tabelião de Notas exerce função pública em caráter privado, por meio de delegação, na forma do artigo 236 da Constituição Federal. Sobre as atribuições e competências dos Tabeliães de Notas, assinale a alternativa correta:

- a) compete ao Tabelião, com exclusividade, formalizar juridicamente a vontade das Partes;
- b) os tabeliães de notas tem a atribuição de lavrar escrituras públicas e contratos privados;
- c) lavrar atas notariais é de competência exclusiva dos Tabeliães de Notas;
- d) a lavratura de testamentos públicos pode ser feita por Tabelião de Notas ou por particulares;
- e) compete privativa e exclusivamente aos Tabeliães de Notas a autenticação de fatos.

12. Os atos notarias protocolares exigem o cumprimento de algumas regras, dentre as quais se destaca:

- a) a nomeação ou qualificação das partes e demais comparecentes e, quando casados, dos respectivos cônjuges, bem como a data e o regime de casamento;
- b) a redação na língua portuguesa ou outro idioma, desde que nativo das partes e de conhecimento evidente do Tabelião ou seu substituto;
- c) a assinatura das partes e rubrica dos demais comparecentes, tais como anuentes;
- d) a assinatura do Tabelião ou de algum colaborador, contratado pelo regime celetista, encerrando o ato;
- e) a indicação do convivente em união estável, não sendo necessário constar a data do reconhecimento, se judicial.

13. A publicidade notarial se opera em linhas gerais, por meio da expedição de certidão. Sobre a expedição de certidão, é correto afirmar:

- a) se configura como meio de publicidade indireta, na medida em que qualquer do povo pode solicitar informações por meio de certidão;

b) uma vez lavrado o ato notarial, dele pode se extrair certidão, independentemente da coleta de todas as assinaturas ou de mandado judicial;

c) a certidão é emitida apenas uma vez, mas os traslados podem ser emitidos tantas quantos forem necessários;

d) utilizado o livro de folhas soltas, o traslado somente pode ser emitido por meio reprográfico ou por meio eletrônico.

e) as certidões dos atos notariais serão fornecidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados do pedido, que pode ser verbal e independe de justificativa.

14. Reconhecimento de firma e autenticação de documentos fazem parte do rol de atribuição dos Tabeliães de Notas. Sobre esses atos, pode-se afirmar que:

a) segundo a doutrina, são considerados atos extraprotocolares;

b) admite-se reconhecimento de firma apenas em documentos redigidos em Português;

c) a ficha padrão deve conter pelo menos 3 (três) assinaturas do depositante;

d) o reconhecimento de firma confere legalidade ao documento;

e) é preciso gozar de plena capacidade civil para abrir ficha de assinatura dos Tabelionatos de Notas baianos.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

15. Uma decisão judicial determinou, em definitivo, a sustação de um protesto em favor de uma parte. Em relação aos emolumentos, de acordo com o Código de Normas assinale a alternativa correta:

a) A medida não será cumprida até o pagamento dos emolumentos, ainda que beneficiário da justiça gratuita a parte.

b) Presume-se que o ato a ser praticado por força de mandado judicial, fique isento do pagamento da respectiva taxa e emolumento.

- c) Para o cumprimento de ordem judicial em favor da parte beneficiada pela Assistência Judiciária Gratuita, não necessita constar a determinação de inexigibilidade do pagamento.
- d) Ausente menção expressa no mandado à isenção ou gratuidade em favor da parte, o mandado judicial será devolvido sem cumprimento, caso não recolhidas as custas e os emolumentos.
- e) Não há possibilidade de gratuidade em mandados judiciais.

16. Analise as assertivas sobre o procedimento de guarda de livros, arquivos e documentos segundo a Lei de Protestos e as normas de serviço do TJSC, que são realizados:

I – Os livros e/ou arquivos magnéticos correspondentes ao Livro de Registro de Protestos e respectivos títulos serão mantidos por, no mínimo, 10 (dez) anos.

II – Os documentos entregues ao Tabelionato de Protesto, pelos apresentantes e não procurados, poderão ser destruídos após o decurso do prazo de 3 (três) anos da data do protesto.

III – As intimações e editais, referentes a títulos pagos ou retirados, serão mantidos por, no mínimo, 6 (seis) meses.

Aponte a alternativa correta:

- a) Somente uma alternativa.
- b) Nenhuma alternativa.
- c) Somente I e II.
- d) Somente II e III.
- e) Somente I e III.

17. Sobre o Código de Normas do TJBA, verifique as afirmações abaixo:

- () Não se lavrará segundo protesto do mesmo título ou documento de dívida, salvo, entre outros, se o primeiro protesto for cancelado, a requerimento do credor, em razão de erro no preenchimento de dados fornecidos para o protesto lavrado ou na hipótese de novação de dívida.
- () Para a contagem do prazo do protesto, considera-se não útil o dia em que não houver expediente público

forense ou bancário, ou em que estes não observem o seu horário normal.

() No caso de intimação por edital, é permitido o agrupamento para fins de publicação, caso exista mais de um apontamento para o mesmo devedor.

() O Livro de Registro de Protestos, quando transcrito em folhas soltas, será encadernado em volume contendo 300 folhas, podendo reduzir ou aumentar o número de páginas estabelecido, até a terça parte (1/3) conforme a quantidade de registros, segundo o prudente critério do oficial.

Aponte a sequência correta:

- a) F - F - F - V
- b) V - V - V - V
- c) F - V - V - F
- d) V - F - F - V
- e) F - V - F - F

REGISTRO DE IMÓVEIS

Débora Cavalcante

18. Sobre o patrimônio de afetação podemos afirmar que:

- a) Não pode ser instituído em imóveis rurais.
- b) No caso da incorporação imobiliária, regulamentada pela Lei 4.591/64, considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante registro, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador.
- c) O patrimônio de afetação do imóvel rural, ou de sua fração, constitui-se por registro e, portanto, o seu cancelamento deve ser lançado também por meio de ato de registro na matrícula do imóvel afetado.
- d) O patrimônio rural em afetação é constituído por solicitação do proprietário por meio de averbação no cartório de registro de imóveis.
- e) No caso da incorporação, regulamentada pela Lei 4.591/64, considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.

19. Sobre os princípios no Registro de Imóveis, podemos afirmar que:

- a) O princípio da unitariedade estabelece que cada imóvel tem assento em uma única matrícula, mas cada matrícula poderá conter mais de um imóvel.
- b) Em respeito ao princípio da legalidade registral, o registrador deverá promover, por meio da qualificação registral, um prévio controle dos títulos apresentados para registro, verificando neste momento a obediência aos requisitos legais e concluindo pela aptidão ou inaptidão dos títulos para registro.
- c) O princípio da instância é consagrado na Lei de Registros Públicos: caso o imóvel não esteja matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial deverá exigir a prévia matrícula e o registro do título anterior.
- d) De acordo com o princípio da prioridade, o título apresentado em primeiro lugar no registro assegura a preferência na aquisição do direito real respectivo, desse modo, protocolada escritura de hipoteca em que seja mencionada a constituição de hipoteca anterior, não inscrita, será registrada a hipoteca posterior, que obterá preferência.
- e) O princípio da continuidade garante que até que ocorra eventual cancelamento, será válido o ato de registro que apresente vício ou irregularidade intrínseca.

20. O contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público será:

- a) registrado no Livro nº 3 – Registro Auxiliar e sua extinção será lançada por averbação no mesmo Livro.
- b) registrado no Livro nº 2 – Registro Geral e sua extinção será lançada por averbação no mesmo Livro.
- c) averbado no Livro nº 2 – Registro Geral e sua extinção será lançada por averbação no mesmo Livro.
- d) registrado no Livro nº 2 – Registro Geral e sua extinção será lançada mediante registro no mesmo Livro.

e) averbado no Livro nº 2 – Registro Geral e sua extinção será lançada mediante registro no Livro nº 3 – Registro Auxiliar.

21. Suponha que, ao promover a qualificação registral de carta de sentença declaratória de usucapião, o registrador imobiliário observou a falta da identificação completa do imóvel objeto do registro e a ausência de parte dos proprietários no polo passivo da lide. Nessa hipótese, o oficial do registro de imóveis, deverá:

- a) registrar a carta de sentença pois não cabe ao registrador promover a qualificação registral de títulos judiciais.
- b) qualificar negativamente o título judicial, devolvendo-o para que o juízo competente inclua na lide os coproprietários faltantes no polo passivo da lide, em respeito ao princípio da continuidade, quanto para a inclusão da área na descrição do imóvel, em respeito ao princípio da especialidade objetiva.
- c) registrar a carta de sentença e, simultaneamente, requerer ao juízo competente o envio posterior da complementação da carta de sentença, com a inclusão da descrição completa do imóvel, promovendo a posterior averbação na matrícula.
- d) qualificar negativamente o título judicial, apenas para que se incluam na lide os coproprietários faltantes no polo passivo da lide, pois no que se refere a falta da informação da descrição do imóvel usucapido esta não é requisito da matrícula e não deve ser exigida pelo oficial.
- e) qualificar negativamente o título judicial apenas quanto a sua forma, para que se promova a inclusão da descrição completa do imóvel, pois tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial.

22. À luz da legislação pertinente, da jurisprudência e da doutrina, julgue os itens a seguir, a respeito de registro de imóveis.

I - A decisão do procedimento de dúvida, regulamentado pela Lei 6.015/73, possui natureza administrativa e, portanto, faz coisa julgada material.

II - Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha são oponíveis à União.

III – A averbação do contrato de locação no registro imobiliário é medida necessária apenas para assegurar ao locatário o direito real de perseguir e haver o imóvel alienado a terceiro, dentro dos prazos e observados os pressupostos fixados na Lei n. 8.425/1991. A falta dessa providência não inibe, contudo, o locatário de demandar o locador alienante por violação a direito pessoal, reclamando deste as perdas e danos que porventura vier a sofrer pela respectiva preterição.

- a) V,F,F
- b) F,V,F
- c) F,F,V
- d) F,F,F
- e) V,V,F

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

23. Sobre o registro de títulos e documentos, marque a alternativa ERRADA:

- a) é o serviço que constitui e declara direitos, para prova de sua existência e data.
- b) O inteiro teor dos documentos registrados em títulos e documentos poderá ser consultado pelos usuários ou Delegatários por meio do Selo Digital.
- c) São princípios informadores do registro de títulos e documentos, dentre outros gerais de Direito Público, os da segurança jurídica, legalidade, compatibilidade, preponderância e finalidade.
- d) O inteiro teor dos documentos registrados em títulos e documentos somente poderá ser consultado pelos delegatários. Aos usuários do

serviço caberá a verificação por outro meio de consulta disponibilizado para consulta.

e) No Registro de Títulos e Documentos será feito o registro dos documentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de valor superior a 30 salários mínimos.

24. No Registro de Títulos e Documentos será feito o registro

- a) do pacto antenupcial
- b) da Escritura Pública de cessão de precatórios
- c) do penhor rural
- d) do contrato de locação, para fins de vigência em caso de alienação do imóvel.
- e) da legitimação de posse.

25. No registro civil de pessoa jurídica:

- a) Serão escriturados os livros 1 a 5, além do livro protocolo.
- b) O número de folhas dos Livros “A” e “B” será fixo e não poderá ser alterado.
- c) Os livros obrigatórios não poderão ser mantidos em forma eletrônica.
- d) O livro protocolo do serviço de pessoa jurídica poderá ser o mesmo do títulos e documentos.
- e) o registro é atributivo de personalidade jurídica.

26. Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro Serviço. Assim, NÃO poderá ser objeto de registro nesta serventia:

- a) contratos e estatutos, ou suas alterações, das pessoas jurídicas de natureza simples.
- b) lançamentos, cadastramentos, inserção de dados, mediante requerimento da parte perante Centrais e Sistemas Nacionais de Dados públicos ou privados
- c) a recepção de documentos e notificações e seu envio via malote digital ou centrais eletrônicas
- d) os atos ou fatos constitutivos ou desconstitutivos, inovadores ou modificadores, seja em relação às obrigações, seja em relação às pessoas participantes dos atos anteriormente registrados.
- e) de documentos sem firma reconhecida.

NORMAS ESTADUAIS

Tiago Zanolla

27. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, não é órgão do Poder Judiciário do Estado da Bahia

- a) Tribunal de Justiça
- b) Juízes Substitutos
- c) Juízes de Paz
- d) Conselhos Municipais de Conciliação
- e) Corregedoria-Geral de Justiça

28. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, são órgãos de correição, exceto

- a) Tribunal Pleno
- b) Conselho da Magistratura
- c) Corregedorias da Justiça
- d) Juízes de Direito e Substitutos
- e) Juízes de Paz

29. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, é exigido para a criação de uma comarca

- a) edifício do Fórum em condições adequadas, contendo instalações condignas para os advogados, representantes da Defensoria Pública e do Ministério Público
- b) casas residenciais condignas que permitam a Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e servidores residirem na Comarca
- c) cadeia pública em condições de segurança e higiene e com dimensionamento de pelo menos 0.1% da população municipal
- d) instalação para alojamento, no mínimo, de Destacamento de Polícia Civil e Militar.
- e) cargos criados mediante Decreto Judiciário.

30. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, os Ofícios da Justiça são órgãos extrajudiciais que compreendem

- a) Serventias da Justiça
- b) Serviços Notariais e de Registros Públicos
- c) Secretarias do Tribunal
- d) Tribunal do Júri
- e) Centros de apoio operacional

31. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, o Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado da Bahia, tendo por sede a Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se

- a) 70 Membros, composto por Desembargadores e Juízes.
- b) 60 Membros, composto por Desembargadores e Promotores.
- c) 70 Membros, composto apenas por Desembargadores
- d) 60 Membros, composto apenas por Juízes e Promotores
- e) 75 Membros, composto por Juízes, Promotores e Advogados.

32. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, assinale o item correto acerca da divisão judiciária

- a) Seção Judiciária é o conjunto de Regiões Judiciárias
- b) Subseção judiciária é o conjunto de circunscrições judiciárias
- c) Distrito é a subdivisão territorial da Comarca.
- d) Circunscrição Judiciária é a unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída
- e) Comarca é o agrupamento de Comarcas e Comarcas Não-Instaladas

33. Segundo a Lei n.º 10.845/2007, a classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária.

Assinale a opção que informa corretamente um dos requisitos para elevação na entrância intermediária.

- a) extensão territorial de até 200 km².
- b) população de até 50.000 habitantes, residindo, pelo menos, 30% na respectiva sede.
- c) colégio eleitoral correspondente a 40% (quarenta por cento) da população.
- d) aforamento anual de aproximadamente 300 (trezentos) feitos de jurisdição contenciosa.

- e) receita tributária superior, no mínimo, ao dobro da exigida para a criação do município.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

34. Nayara adquiriu, de boa-fé, um ford Ká seminovo de Joel. Sabendo que o negócio jurídico não se concretizaria caso Nathália soubesse que o veículo estava irregular e com os documentos vencidos, Joel mentiu ao garantir a Nayara que o veículo estava totalmente regularizado.

De acordo com o Código Civil, o defeito do negócio jurídico apresentado nessa situação hipotética corresponde a

- a) erro.
- b) coação.
- c) fraude contra credores.
- d) lesão.
- e) dolo.

35. A respeito de nome civil, assinale a opção incorreta.

- a) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, em qualquer hipótese.
- b) É vedada a utilização de nome alheio, sem autorização, em propaganda comercial.
- c) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da mesma proteção que se dá ao nome.
- d) Pseudônimo adotado para o exercício de atividades lícitas possui a mesma proteção assegurada ao nome.
- e) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

36. Acerca do direito à propriedade, analise as afirmativas a seguir.

- I - O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
- II - A propriedade não abrange, em regra, os frutos e produtos da coisa.

III - A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício

IV - A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV
- e) I, III e IV.

37. Considerando a disposição expressa do Código Civil, complete o enunciado que se segue:

O casamento, formalmente celebrado, em que uma das partes é menor de dezesseis anos de idade é

- a) autorizado em qualquer hipótese em que haja expressa concordância de ambos os pais ou representantes legais do(a) menor.
- b) autorizado apenas na hipótese de gravidez ou na situação que tenha a finalidade de evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, desde que haja expressa concordância de ambos os pais ou representantes legais do(a) menor.
- c) permitido, de forma excepcional, somente na hipótese de gravidez.
- d) permitido, de forma excepcional, somente para a finalidade de evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.
- e) proibido, em qualquer hipótese.

38. Acerca das modalidades de decadência previstas no Código Civil e suas peculiaridades, assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao legislador criar hipóteses de suspensão ou interrupção de prazo decadencial legal.
- b) Em oposição ao que ocorre com a decadência convencional, a decadência legal, caso consumada, não pode ser objeto de renúncia pelo interessado.
- c) Ambas as modalidades de decadência, caso sejam consumadas, devem ser reconhecidas de ofício pelo magistrado.
- d) A decadência convencional é nula de pleno direito, porque somente a lei pode estabelecer prazos decadenciais.
- e) Não há qualquer distinção jurídica entre as espécies de decadência legal e convencional.

39. Considerando a previsão do Código Civil, assinale a alternativa correta acerca da prescrição.

- a) Havendo mais de um credor, a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos demais.
- b) O incapaz não tem direito de ação contra seus representantes que tenham dado causa à prescrição.
- c) O prazo prescricional, em regra, é de vinte anos.
- d) É possível que o devedor renuncie a prescrição prevista em lei.
- e) A prescrição extingue o direito e sempre pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.

40. Nos termos do Código Civil, a incapacidade do menor parcialmente capaz cessará na seguinte hipótese:

- a) comprovação de conclusão do ensino médio.
- b) casamento, desde que seja resultante de gravidez.
- c) estabelecimento civil ou comercial em função do qual ele(a) tenha economia própria.
- d) nomeação do(a) menor para o exercício de emprego público efetivo.
- e) autorização dos pais mediante instrumento público, desde que homologado pelo Poder Judiciário.

41. Segundo disposições do Código Civil, conceitua-se testamento vital como:

- a) ato de disposição de última vontade de militares e demais membros das Forças Armadas em campanha, assim como em praça sitiada, ou que estejam com comunicações interrompidas, sem acesso a tabelião ou substituto legal.
- b) ato de disposição de última vontade de quem estiver em viagem, em alto mar, a bordo de navio nacional, de guerra ou mercante, feito perante o comandante e registrado no diário de bordo.
- c) ato de disposição de última vontade sobre questões que envolvam o uso ou não de terapias para prolongar, de forma artificial, o processo natural de morte, em casos de doenças terminais.
- d) ato de disposição de última vontade escrito de próprio punho ou mediante processo mecânico, assinado pelo testador e lido por três testemunhas.
- e) ato de disposição de última vontade utilizado para bens de pouca monta que sejam essenciais para a subsistência do beneficiário.

42. Considerando as previsões do Código Civil acerca da teoria das nulidades, assinale a afirmativa correta.

- a) Mesmo que o negócio nulo contenha os requisitos de outro, este não subsistirá em hipótese alguma, ainda que o fim a que visavam as partes permitisse supor que o teriam querido.
- b) É anulável o ato jurídico praticado mediante simulação.
- c) É nulo o ato praticado por pessoa que, por enfermidade ou doença mental, não tenha o necessário discernimento para a prática desse ato.
- d) O negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- e) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

43. Considerando a teoria geral dos contratos, bem como os princípios que a norteiam, assinale a alternativa correta:

- a) a liberdade de contratar poderá ultrapassar os limites da função social do contrato.
- b) quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação menos favorável ao aderente.
- c) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- d) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- e) não é lícito às partes estipular contratos atípicos, afora os tipos contratuais previstos na legislação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

44. A respeito das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- b) A exigência de atuação conforme a boa-fé é destinada apenas às partes do processo.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.
- e) Para fins de julgamento do agravo interno e do agravo de instrumento não é necessário observar a ordem cronológica de conclusão prevista no artigo 12 do Código de Processo Civil.

45. Sobre a competência, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Vige no direito processual pátrio a regra da kompetenzkompetenz, segundo a qual todo juiz tem

competência para, no mínimo, decidir sobre sua própria incompetência. Referida regra também é aplicável no âmbito da arbitragem.

- b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta ou relativa.
- c) A competência territorial fixada em cláusula abusiva de eleição de foro pode ser prorrogada caso não seja alegada a abusividade na contestação.
- d) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

- e) Há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

46. Sobre a petição inicial, leia as afirmativas a seguir:

- I. Se a petição inicial não estiver suficientemente clara, contendo irregularidades no pedido, o juiz determinará que o autor a emende, indicando com precisão o que deve ser corrigido.
- II. Compreendem-se no pedido principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- III. O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

Estão corretos os itens:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I e III.

47. Sobre intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais cíveis.
- b) A nomeação à autoria e a oposição ainda constituem modalidades de intervenção de terceiros.
- c) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- d) Não se admite a intervenção do amicus curae promovida de ofício pelo juiz.
- e) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 15 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

48. De acordo com o artigo 932, parágrafo único do CPC, antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível. Trata-se da concretização do princípio:

- a) da inércia da jurisdição.
- b) da primazia da decisão de mérito.
- c) da inafastabilidade da jurisdição.
- d) do devido processo legal.
- e) da motivação

49. Sobre os procedimentos de jurisdição voluntária, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.
- b) O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes e observados os requisitos legais, poderão ser realizados por escritura pública, que dependerá da homologação judicial somente para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

- c) processar-se-á como procedimento de jurisdição voluntária a homologação de autocomposição extrajudicial, desde que limitada a valor equivalente a sessenta salários mínimos.
- d) O CPC/2015 extinguiu a divisão entre procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária.
- e) A restauração de autos é exemplo de procedimento de jurisdição voluntária.

50. Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

51. Não é considerada empresarial a atividade:

- a) desenvolvida por uma sociedade anônima.
- b) organizada que negocie bens imóveis.
- c) exercida por sociedades de economia mista ou empresa pública.
- d) organizada sob a forma de cooperativa.
- e) desenvolvida pelas sociedades de economia mista e empresas públicas.

52. No que concerne à conceituação de empresário, é correto afirmar que se trata

- a) do intermediário de serviços e produtos.
- b) do comerciante.
- c) do sujeito de direito que exerce a produção ou a circulação de bens ou de serviços, mediante a organização dos fatores de produção, com ou sem fins lucrativos.

d) do sujeito de direito que explora profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.

e) daquele que combina a aplicação de seus recursos com a finalidade de divisão dos frutos ou lucros.

53. A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, de acordo com sua disciplina legal:

a) não possui personalidade jurídica própria, embora ofereça limitação de responsabilidade à pessoa natural que a tenha constituído.

b) não pode ser constituída a partir da transformação de sociedade limitada.

c) é empresa dotada de personalidade jurídica distinta da pessoa natural que a tenha constituído.

d) é sociedade empresária personificada.

e) tem personalidade jurídica e oferece limitação de responsabilidade antes mesmo do seu registro.

54. O Código Civil brasileiro disciplina o empresário, as sociedades e o estabelecimento empresarial. Com relação à disciplina vigente, assinale a alternativa correta.

a) A sociedade de advogados é considerada sociedade empresária, por estar associada ao exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção e circulação de serviços.

b) O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão fica obrigado, por expressa determinação legal, a requerer inscrição no Registro Público de Empresas.

c) O empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

d) Não havendo autorização expressa, o alienante de estabelecimento comercial não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.

e) O empresário, a sociedade empresária e a sociedade simples vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais.

55. A sociedade empresária que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos e não comunicar à Junta Comercial que deseja manter-se em funcionamento será considerada

a) irregular.

b) inativa.

c) de fato.

d) anulável.

e) ilegal.

56. Em relação ao protesto, assinale a opção correta com base na lei que dispõe sobre o cheque.

a) O instrumento de protesto, depois de registrado, deve ser entregue ao portador legitimado, ainda que desapossado do cheque e que este esteja na posse de terceiro de boa fé.

b) Dada a solidariedade cambial, o protesto contra o emitente implica, obrigatoriamente, o protesto contra seu avalista.

c) O cheque deverá ser levado a protesto, inexistindo hipótese de dispensa, antes de expirado o prazo durante o qual se admite a apresentação do título, ou seja, antes de seis meses contados do fim do prazo de apresentação.

d) O protesto de cheque é vedado caso o portador o apresente sem endosso que o identifique.

e) O protesto é condição inarredável para a execução do cheque contra quaisquer dos membros da cadeia cambial.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

57. Os atos preparatórios de determinado crime não são, em regra, puníveis, salvo se houver previsão específica, com tipificação autônoma.

Assim, é punível o ato preparatório do seguinte crime contra a fé pública:

a) Certidão ou atestado ideologicamente falso.

b) Falsa identidade.

c) Falsificação de documento público.

d) Falsificação de documento particular.

e) Moeda falsa.

58. Julgue os itens a seguir:

I – João, de vinte anos de idade, com a intenção de ferir Ronaldo, seu inimigo, agrediu-o com facadas no abdome, lesionando-o significativamente. Desde o início, ele pretendia a morte do seu inimigo, que, em virtude dos ferimentos provocados por esse instrumento, veio a óbito ainda no local do fato. João deve responder por homicídio consumado, apenas, em razão da progressão criminosa em sentido estrito.

II- Pedro foi preso em flagrante, após ter praticado o crime de roubo, tendo sido encontrado correndo com a bolsa da vítima em mãos. Pedro foi conduzido à delegacia e interrogado. Quanto ao crime de roubo, admitiu a subtração do bem, mas disse não ter empregado violência ou grave ameaça contra a vítima. Manteve a mesma versão em juízo. No caso, incide a atenuante da confissão.

III – Sófocles e sua esposa, Sofia, praticaram ato sexual e ele se esqueceu da porta aberta. Em razão do descuido, seu enteado, Tadeu, de 9 anos de idade, viu a relação sexual praticadas pelos dois adultos. Sófocles deve responder por satisfação da lascívia mediante a presença de criança ou adolescente.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III.

59. Assinale a alternativa correta sobre as alterações da Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime:

- a) Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da Fazenda Pública e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

c) O estelionato é de ação penal pública condicionada à representação, salvo se a vítima for a Administração Pública, direta ou indireta; criança ou adolescente; pessoa com deficiência mental; maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.

d) O crime de concussão possui pena de 2 a 8 anos de reclusão, apresentando desproporção em relação ao de corrupção passiva, com pena de 2 a 12 anos de reclusão.

e) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

60. Anastácio foi caçar javalis e, pelo avançar da hora, confundiu seu amigo com o animal, disparando contra ele. Considerando que, na sua região, a caça de javalis está liberada, Anastácio:

- a) Não pode alegar nada que o isente da responsabilização penal, já que a emoção ou a falta de visibilidade não afastam o crime.
- b) Incorreu em erro de tipo permissivo.
- c) Anastácio só pode responder, no caso de quebra do dever de cuidado, por culpa.
- d) Anastácio incorreu em *error in objeto*, analisado apenas na dosimetria.
- e) Anastácio incorreu em erro que, se for inevitável, afasta a sua culpabilidade.

61. Analise as seguintes assertivas:

I – João Vitor, de vinte e um anos de idade, adentrou em uma loja e, apontando uma arma de fogo para o gerente do estabelecimento, retirou todo o dinheiro do caixa e o colocou em sua mochila. Ao sair da padaria levando o dinheiro, o agente foi abordado por policiais militares que passavam pelo local. Praticou, portanto, o crime de roubo, na modalidade tentada.

II – A terceira velocidade do direito penal se relaciona com a flexibilização de direitos e garantias individuais contrabalanceada com penas mais brandas, como as restritivas de direitos.

III – Segundo a jurisprudência do STJ, para que um agente seja beneficiado com a atenuante da confissão, é necessário que ele reconheça a traficância, não bastando que ele confesse a posse da droga. Por outro lado, a incidência da confissão espontânea no crime de roubo dispensa o reconhecimento de violência ou grave ameaça, bastando que ele confesse a subtração.

IV - Genivaldo foi pego pela polícia, após notícia de falsificar o sinal público de tabelião, para fins de falso reconhecimento de firma. Ele não trabalha no serviço extrajudicial nem é titular de nenhuma unidade. Ele incorrerá no crime de falsificação do selo ou sinal público.

Está(s) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

a) I, II e III.

b) I e II.

c) II e IV.

d) II, III e IV.

e) III e IV.

62. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a posição jurisprudencial albergada pelo STF:

a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

b) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.

c) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.

d) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação.

e) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

63. No Município de Vitória da Conquista, existe uma lei municipal que prevê a obrigatoriedade de os moradores, ao saírem de casa, utilizarem máscaras de proteção, durante o período da pandemia. Joana, cliente, tenta entrar no supermercado sem o uso do equipamento de proteção. Orientada pelo gerente, que lhe oferece uma máscara, ela se recusa, diz que possui direito de ir e vir, e tenta ingressar no estabelecimento da mesma forma. Os seguranças do estabelecimento, então, a impedem de ingressar e acionam a Polícia Militar. Neste caso:

a) O gerente é autor e os vigilantes são partícipes do crime de constrangimento ilegal.

b) O gerente e os vigilantes são coautores de constrangimento ilegal.

c) Joana cometeu o delito de infração de medida sanitária preventiva.

d) Joana cometeu o delito de perigo de contágio de moléstia grave.

e) Ninguém cometeu fato típico, considerando a ausência de subsunção de suas condutas aos tipos penais existentes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

64. De acordo com o Código de Processo Penal, após o arquivamento do inquérito policial,

a) não mais será possível a investigação do mesmo fato criminoso.

b) a autoridade policial poderá requerer ao Ministério Público a abertura de nova investigação sobre o mesmo fato.

c) somente será possível a continuidade da investigação mediante autorização judicial.

d) a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

e) será a vítima comunicada, no caso de ação pública, para se manifestar sobre o interesse na instauração de ação penal privada subsidiária.

65. Não é cabível o recurso em sentido estrito em face de decisão

- a) que receber a denúncia ou queixa.
- b) que pronunciar o réu.
- c) que decidir o incidente de falsidade.
- d) que concluir pela incompetência do juízo.
- e) que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.

66. Francisco foi citado no dia 04/08/2018 para apresentar resposta à acusação em razão de suposto delito de roubo majorado, praticado no dia 26/10/2015. Neste caso,

- a) o prazo para apresentação de sua defesa será contado em dias úteis, interrompendo-se em finais de semana e feriados.
- b) se o prazo se encerrar no domingo, será prorrogado até o próximo dia útil.
- c) se verificada a coautoria, o prazo será contado a partir da citação do último acusado.
- d) caso a citação tenha ocorrido com hora certa, não será necessária a nomeação de defensor dativo se o acusado não comparecer.
- e) o prazo para responder à acusação será de 8 (oito) dias.

67. Julgue os itens a seguir de acordo com os dispositivos processuais penais.

- I - No crime de ação penal pública, poderão ser reconhecidas agravantes na sentença, ainda que não tenham sido alegadas pelo autor.
- II - O juiz deverá condenar o réu quando, apesar de provada a inexistência do fato, este constituir infração penal.
- III - O juiz poderá modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribuindo-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- IV - Ao proferir a sentença condenatória, o juiz fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pela vítima.

Estão corretos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) IV.
- e) I e IV.

68. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando

- a) o agente for maior de 70 (setenta) anos.
- b) o agente for imprescindível aos cuidados de pessoa menor de 12 (doze) anos.
- c) o agente for o único responsável pelos cuidados de filho menor.
- d) mulher com filho de até doze anos incompletos.
- e) debilitado total ou parcialmente por motivo de doença grave.

69. No que diz respeito às nulidades, é INCORRETO afirmar:

- a) É permitido ao juiz o reconhecimento de ofício de nulidade na primeira instância, seja ela absoluta ou relativa.
- b) Nenhum ato será declarado nulo, senão quando demonstrado o prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- c) Constitui nulidade a ausência do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.
- d) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- e) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

70. Norberto, oficial de registro de imóveis da comarca de Salvador-BA, ao efetuar o registro de um imóvel pertencente a Sebastião, cometeu um erro, que causou danos na esfera patrimonial deste. Neste caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) O Estado responde subjetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, podendo regressar contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- c) O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) O Estado responde subjetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, podendo regressar contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- e) O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, apenas nos casos de dolo, sob pena de improbidade administrativa.

71. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Conselho de Defesa Nacional:

- I. estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- II. pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

III. propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.

IV. opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

72. Sobre os métodos de interpretação constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o método de interpretação hermeneutico-concretizador é prescindível a pré-compreensão da norma a ser interpretada.
- b) O método científico espiritual limita-se à norma de forma literal, excluindo da análise a realidade social e os valores subjacentes do texto constitucional.
- c) A interpretação comparativa consiste na comparação da Constituição com as diversas leis.
- d) O método tópico-problemático é um processo fechado em que se busca a solução do problema com base no sentido em tese da norma.
- e) O método normativo-estruturante reconhece a inexistência de identidade entre a norma jurídica e o texto normativo, devendo o teor da norma ser analisado conforme sua concretização na realidade social.

73. Considere as seguintes afirmações acerca do Conselho Nacional de Justiça:

- I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.
- II. O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- III. Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- IV. O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, sem prejuízo da distribuição de processos no Tribunal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

74. Nos termos da Constituição Federal, são brasileiros natos:

- a) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- b) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- c) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

d) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

e) os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

75. Dentre os cargos elencados, são privativos de brasileiros natos:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, e oficial das Forças Armadas.
- c) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, e Ministro de Estado das Relações Exteriores.
- d) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

76. Com relação ao processo legislativo previsto na Constituição Brasileira de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
- d) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

e) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

77. À luz da Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens que se seguem:

- I. A aposentadoria compulsória por implemento de idade se aplica aos titulares de serviços notariais e de registro, uma vez que são ocupantes de cargo efetivo.
- II. O desmembramento de serventia de justiça viola o princípio da vitaliciedade do serventuário.
- III. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.
- IV. O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de prova e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou remoção, por mais de seis meses.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

78. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados alguns princípios, dentre os quais não se insere:

- a) função social da propriedade e livre concorrência.
- b) defesa do consumidor e defesa do meio ambiente.
- c) livre iniciativa e dignidade da pessoa humana.
- d) soberania nacional e propriedade privada.
- e) redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.

79. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores e juntas comerciais.
- b) organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes e custas dos serviços forenses.
- c) seguridade social e assistência jurídica e Defensoria pública.
- d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho e procedimentos em matéria processual.
- e) serviço postal, diretrizes e bases da educação nacional e registros públicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damazio

80. Acerca das fontes do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Em função do princípio da legalidade, os costumes não podem ser considerados fontes do Direito Administrativo.
- b) A jurisprudência é reputada como fonte secundária do Direito Administrativo, não obstante o caráter cogente das súmulas vinculantes.
- c) A doutrina é fonte secundária do Direito Administrativo e corresponde à conduta obrigatória a ser adotada pelos agentes públicos.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a elaboração de súmulas administrativas.
- e) Os costumes *praeter legem* são aqueles praticados conforme as leis existentes e podem ser considerados fontes do Direito Administrativo.

81. Assinale a alternativa correta sobre a função administrativa do Estado:

- a) Em seu sentido subjetivo, Administração Pública corresponde à atividade desempenhada sob regime jurídico de direito público.
- b) É o dever do Estado de dar cumprimento aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, para a realização de fins públicos, prevalentemente em regime jurídico de direito público e mediante atos sujeitos a controle.
- c) Somente pode ser desempenhada por aqueles que integram a Administração Pública.
- d) Administração Pública e Governo são termos equivalentes, sendo que todos os atos praticados pelos integrantes do Governo estão sujeitos à disciplina administrativa.
- e) Em seu sentido material, indica o conjunto de órgãos e agentes responsáveis por desempenhar uma determinada função administrativa.

82. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) regulamenta o art. 169 da Constituição Federal quanto aos limites para as despesas com pessoal. Assinale a alternativa que corresponda a alguma norma prevista na citada lei complementar:

- a) A despesa total com pessoal do órgão abrange os ativos e inativos que desempenham ou desempenharam mandatos, cargos, funções ou empregos públicos, excluindo os pensionistas desse cálculo.
- b) A despesa de incentivos para demissão voluntária é levada em consideração para o cálculo dos limites máximos permitidos pela lei.
- c) Em âmbito federal, o limite máximo de gasto com pessoal atribuído ao Poder Executivo corresponde a 40,7% da receita corrente líquida.
- d) Atingido o limite de alerta, o órgão não poderá conceder aumento de remuneração a seus servidores nem realizar o provimento de cargo público.
- e) Como regra geral, a contratação de hora extraordinária de trabalho é vedada no caso de ser atingido 95% do limite de gastos com pessoal.

83. Marque a alternativa adequada quanto à Lei Federal nº 8.112/90 e o regime disciplinar dos servidores públicos federais:

- a) A multa é expressamente prevista como uma das penalidades disciplinares existentes no Estatuto Federal.
- b) O servidor que injustificadamente se recusar a ser submetido a inspeção médica será penalizado com advertência.
- c) As penalidades de advertência e suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 180 dias e 2 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver praticado nova infração disciplinar.
- d) É possível o afastamento do servidor investigado em processo disciplinar pelo prazo de até 90 dias, prorrogáveis, sem prejuízo da remuneração.
- e) A autoridade responsável por julgar o processo administrativo deve proferir sua decisão em 20 dias, contados do recebimento do processo.

84. Ao decidir um processo sancionatório, a autoridade administrativa competente aplicou uma penalidade prevista em lei, remetendo sua decisão ao parecer do departamento jurídico do órgão. À luz da Lei Federal nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal), a decisão tomada é:

- a) Válida, porém não possui eficácia prática, diante da falta de motivação.
- b) Nula e não comporta convalidação, diante de a motivação ser indispensável.
- c) Válida, já que a motivação restou declarada no parecer e não necessita ser repetida na decisão.
- d) Inexistente, visto que a motivação é elemento necessário para a aplicação de sanção.
- e) Válida, mas necessariamente precisa ser homologada pela autoridade máxima do órgão.

85. Sobre o regime de penalidades da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações), assinale a alternativa correta:

- a) O vencedor de uma licitação convocado dentro do prazo de validade de sua proposta para assinar o contrato não está obrigado a assinar o contrato.
- b) Caso um servidor público cometa um dos crimes elencados na lei, a pena base prevista será acrescida da terça parte.
- c) Desde a entrada em vigência da Lei Federal nº 13.303/16 (Lei das Estatais), os tipos penais previstos na Lei Federal nº 8.666/93 não mais se aplicam para as licitações e contratos das sociedades de economia mista e empresas públicas.
- d) A aplicação de multa à contratada deve ser dar após regular processo administrativo e será descontada da garantia do contrato.
- e) A penalidade de declaração de inidoneidade deve ser aplicada por prazo não superior a 2 anos.

86. Assinale a alternativa correta quanto aos institutos de intervenção do Estado na propriedade privada:

- a) A jurisprudência do STF nega a existência do tombamento de uso.
- b) Segundo o STJ, a limitação administrativa causada por normas ambientais não gera direito à indenização.
- c) A desapropriação tem como pressupostos somente a necessidade pública e a utilidade pública.
- d) A requisição administrativa se dá apenas no âmbito civil, sendo incabível no âmbito militar.
- e) A única forma supressiva de intervenção do Estado na propriedade privada é a desapropriação, sendo que todas as demais são classificadas como formas não restritivas de domínio.

87. Sobre a disciplina dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) As terras devolutas dos Estados necessárias à proteção dos ecossistemas naturais podem ser alienadas, desde que o adquirente se comprometa à preservação da área.

- b) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a existência de coisas sem dono.
- c) A Constituição Federal traz disciplinas específicas a respeito dos bens pertencentes ao Distrito Federal e aos territórios federais.
- d) Sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União, independentemente da sua localização no território nacional.
- e) As terras onde se localizam remanescentes de comunidades quilombolas são inalienáveis e indisponíveis.

88. Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Saúde e assistência são alguns dos serviços públicos de titularidade comum entre os entes federados.
- b) Os serviços de coleta, remoção e tratamento de lixo são considerados pelo STF como *uti universi*.
- c) O serviço de saneamento básico é de titularidade dos municípios.
- d) As concessionárias de serviço público devem fixar a data de vencimento dos débitos dos usuários.
- e) As concessionárias devem divulgar em seus sítios eletrônicos a tabela com o valor das tarifas praticadas, sendo desnecessário publicar a evolução dos reajustes realizados nos últimos anos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

89. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

- d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) O IPVA não pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.

90. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.
- c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- d) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- e) A lei ordinária pode definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados.

91. Sobre o IPI, assinale a alternativa incorreta.

- a) O IPI deve ser seletivo, variando em função da essencialidade do produto.
- b) O IPI deve ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- c) É inconstitucional a cobrança do imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural que o faça para uso próprio.
- d) A Constituição estabelece hipótese de imunidade do IPI com relação aos produtos destinados ao exterior.

- e) O IPI terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

92. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.
- e) Os convênios de colaboração realizados pelas entidades federativas não são normas complementares, de acordo com o Código Tributário Nacional.

93. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, ainda quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

94. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

95. É correto afirmar que:

a) Os mais de 5.500 municípios brasileiros devem instituir, por meio de lei ordinária, o imposto sobre serviços de qualquer natureza em seus respectivos municípios, disciplinando, especialmente, sobre as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes.

b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.

c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.

d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

e) O IPTU não poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

96. A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.

b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário. E, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a exigência de depósito prévio de bens para admissibilidade de recurso administrativo.

d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.

e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leandro Signori

97. A respeito dos impactos das tecnologias da informação e comunicação na atualidade, analise as afirmativas e assinale a correta:

- a) As tecnologias da informação e comunicação em suas diversas formas tornaram os processos de comunicação no mundo atual em interativos, democráticos e dialógicos.
- b) Para os indivíduos e a população em geral, a utilização das diversas formas de tecnologias da informação e comunicação pode apenas ser benéfica.
- c) Compartilhar vídeos para aprendizagem, como os da plataforma YouTube, é viável porque constitui uma prática fácil e de baixo custo, apontando para o eminente fim da figura do professor e para a universalização do ensino autodidata e domiciliar.
- d) O uso das tecnologias de informação e comunicação facilita a troca de informações e conhecimentos, proporcionando maior qualidade, complexidade e eficiência em diversas áreas.
- e) A disseminação e evolução das tecnologias da informação e comunicação pelo mundo tem agregado os sistemas nacionais de segurança de tal forma que contribuíram para a significativa e contínua diminuição de ações ilícitas, como o tráfico de drogas e ações terroristas.

98. A reforma da previdência social é um tema que está na pauta de muitos países no mundo, por meio de reformas já realizadas ou por terem projetos em debate e tramitação neste sentido. Um dos argumentos utilizados para a revisão do sistema previdenciário está relacionado a uma mudança significativa na pirâmide etária que se verifica, sobretudo, nos países desenvolvidos, mas também em alguns países em desenvolvimento, como o Brasil. Essa mudança na estrutura populacional é a (o):

- a) Diminuição do número de nascimentos.
- b) Maior participação das mulheres no mercado de trabalho.
- c) Bônus demográfico.
- d) Crescimento do saldo migratório.

e) Envelhecimento populacional.

LÍNGUA PORTUGUESA

Décio Terror

Um ambiente de trabalho estressante pode ser extremamente danoso para a saúde dos colaboradores e para a produtividade da empresa. Excesso de trabalho, problemas de relacionamento, cobranças inadequadas ou em demasia são alguns dos fatores que desencadeiam o estresse no trabalho cotidiano das organizações.

Se não for diagnosticada e combatida, esta situação pode comprometer não apenas a competitividade da empresa, mas também gerar custos com afastamentos e cuidados com a saúde.

Na sua empresa, as condições que podem gerar estresse estão sob controle? Há iniciativas para preveni-lo? Você sabe quais são os fatores de risco? Se você acredita que a situação não está tão segura, confira agora as causas do estresse no trabalho e como combatê-lo!

A competitividade exacerbada e a busca desenfreada por resultados criam um ambiente propício para a ocorrência do estresse no trabalho. E vários fatores contribuem para agravá-lo, como a competição entre os profissionais, o que pode comprometer o relacionamento entre colaboradores.

Da mesma forma, a tecnologia, que tanto contribui para o aumento da competitividade, também pode manter os colaboradores em estado de constante alerta e com dificuldades para se desvencilharem das questões do escritório. E este pode ser mais um gatilho no processo de esgotamento, típico das situações estressantes.

Para descobrir as principais causas do estresse no trabalho, uma empresa de gestão de projetos chamada Wrike ouviu 1,4 mil profissionais de diferentes países. Entre os problemas que mais estressavam os entrevistados na pesquisa, estavam: dificuldade de comunicação, excesso de trabalho, metas irreais e lideranças confusas.

E há uma série de outros fatores que podem contribuir para o estresse. Remuneração incompatível e distribuição de responsabilidades inadequada são alguns deles.

Além dos fatores listados acima, existem aspectos relacionados ao ambiente onde a pessoa exerce a sua atividade. Assim, problemas de ergonomia, poluição sonora, iluminação insuficiente e mobiliário inadequado se tornam exemplos de condições que acentuam o estresse.

Questões relativas à segurança, como a falta de equipamentos adequados de proteção, também podem contribuir para o estresse ao gerarem um sentimento de medo e desamparo por parte do empregador.

O estresse pode ser definido como uma reação do organismo a situações de pressão. Em geral, não é resultado de uma causa única. Dificuldades resultantes do ambiente familiar e das relações sociais vão alimentando sensações negativas, juntamente com as questões do trabalho.

O acúmulo dos fatores causadores deste estado pode se expressar em diferentes sintomas fisiológicos e psicológicos, que devem ser observados como indícios de que algo não está bem.

No aspecto mental, é possível observar como sintomas de um colaborador estressado a tensão, irritabilidade, isolamento social, ansiedade e depressão, entre outros. Os aspectos físicos mais frequentes são dores musculares e de cabeça, cansaço em excesso, dificuldade de concentração e problemas gastrointestinais e cardiorrespiratórios.

Texto adaptado. Carina Martins

<https://beecorp.com.br/blog/prevencao-ao-estresse-no-trabalho/>

99. Segundo o texto, são causas do estresse no trabalho, exceto:

- a) a competitividade exacerbada e a busca desenfreada por resultados.
- b) a tecnologia, que pode manter os colaboradores em estado de constante alerta.
- c) dificuldade de comunicação e excesso de trabalho.
- d) remuneração incompatível e distribuição de responsabilidades inadequada.
- e) irritabilidade, isolamento social, ansiedade e depressão.

100. Marque a alternativa que apresenta o vocábulo “que”, sublinhado, com valor diferente dos demais:

- a) Excesso de trabalho, problemas de relacionamento, cobranças inadequadas ou em demasia são alguns dos fatores que desencadeiam o estresse no trabalho cotidiano das organizações.
- b) Na sua empresa, as condições que podem gerar estresse estão sob controle?

c) Se você acredita que a situação não está tão segura, confira agora as causas do estresse no trabalho e como combatê-lo!

d) Da mesma forma, a tecnologia, que tanto contribui para o aumento da competitividade, também pode manter os colaboradores em estado de constante alerta e com dificuldades para se desvencilharem das questões do escritório.

e) O acúmulo dos fatores causadores deste estado pode se expressar em diferentes sintomas fisiológicos e psicológicos, que devem ser observados como indícios de que algo não está bem.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Cartórios-TJBA-18-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

